

Velhos Erros, Renovadas Ilusões

A política macroeconômica do governo Lula está essencialmente correta; é a agenda microeconômica que não deslança.

Márcio G. P. Garcia¹
15 de abril de 2004

Já há vários meses o noticiário econômico vem sendo dominado por manifestações condenando o “excesso de conservadorismo” do Banco Central (BC) no manejo da política monetária, bem como o do Ministério da Fazenda no da política fiscal. Uma leitura mais seletiva, contudo, mostra que os analistas econômicos com melhor base técnica, ainda que possam discordar da velocidade e da intensidade da redução de juros que vem sendo realizada pelo BC, são unânimes em apontar que o mero relaxamento das políticas fiscal e monetária não conduzirá ao aumento dos investimentos produtivos e ao crescimento sustentado da economia.

Propostas de modificação radical da atual política econômica, como a contida na “Declaração de Páscoa” feita por setores do PT representam apenas a repetição de velhos erros bem conhecidos. Lá propõe-se, por exemplo, a “flexibilização, com responsabilidade, das metas de inflação, introduzindo o enfoque de metas de emprego e crescimento”.² É difícil saber-se exatamente qual é a representação numérica de tal proposta, mas, para que a proposta não seja inócua, presume-se que se objetive uma inflação acima do limite superior da banda em torno da meta de inflação de 2004, que é de 8%. Ao ler tal proposta, lembrei-me de um experiente economista com passagem pela área econômica em governos anteriores ao golpe militar de 1964, que dizia que, naquela época, sabia-se que a inflação anual devia ser no mínimo de 10% ao ano, sob pena de não “fechar” o orçamento fiscal. Contava-se com uma expansão monetária mínima para financiar os gastos públicos. Se numa época sem memória inflacionária e com mercados financeiros pouco desenvolvidos o ovo da serpente do descontrole inflacionário já estava nos 10% ao ano, imagine-se agora.

A estratégia dos governos militares consistiu em conviver com alguma inflação, presumivelmente baixa. Para tanto, construiu-se gradualmente um sofisticado aparato de indexação compulsória dos principais preços da economia, notadamente salários e câmbio. Naquela época, indexação não tinha a má fama que veio posteriormente a adquirir. Milton Friedman, ganhador do prêmio Nobel de Economia, propôs na época do milagre brasileiro a tese (errada) de que a indexação facilitaria o combate à inflação. A economia indexada funcionou bem enquanto duraram os ventos estrangeiros favoráveis, mas começou a demonstrar sérios problemas quando o preço do petróleo explodiu em 1973.

¹ Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e pesquisador do CNPq escreve mensalmente neste espaço às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/mgarcia>).

² <http://www.chicoalencar.com.br/chico2004/chamadas/pascoa2004.htm>.

Como é bem sabido, a inflação começou então sua escalada só interrompida com sucesso mais de vinte anos depois com o Plano Real. A última tentativa ortodoxa de combate inflacionário que teve alguma chance de dar certo ocorreu em 1979, no governo Figueiredo, através da imposição de austeridade fiscal e monetária. O resultado, entretanto, foi a defenestração do estrategista, que assim descreve o episódio:

“A situação [da inflação] piorou muito no governo Figueiredo. O discurso inicial de austeridade foi posto de lado em agosto de 1979, com a substituição do impopularíssimo ministro do Planejamento [o próprio autor], que queria reduzir a taxa de crescimento do produto real para 3 ou 4% ao ano, a fim de ajustar o país ao segundo choque do petróleo e à escalada dos juros internacionais. Imediatamente, o governo se lançou na aventura de uma expansão monetária bitolada por um tabelamento de juros, na tentativa de conter a inflação pela expansão da oferta de bens e serviços (particularmente pela perspectiva de uma supersafra agrícola). E, num acesso de generosidade populista, encolheu o intervalo legal de correção dos salários de 12 para seis meses. Como seria de prever, os trabalhadores pouco ou nada ganharam, pois o governo legisla sobre salários nominais, mas não determina salários reais. De fato, a inflação quase que imediatamente subiu de 45% ao ano para 45% ao semestre. Em 1980 o governo tentou um golpe de mágica, prefixando a correção monetária para os 12 meses em 50% e a correção cambial em 45%. ... Isso nada contribuiu para a queda da inflação: de um lado, porque a demanda continuava superexcitada, de outro, porque os salários se reajustavam segundo a nova lei, por critérios estranhos à prefixação. Em janeiro de 1981, ante o perigo de exaustão das reservas cambiais, o governo voltou à ortodoxia monetária, liberando os juros e comprimindo fortemente a liquidez real. O resultado foi a primeira recessão experimentada no Brasil desde a década de 30, com apreciável melhoria do saldo comercial com o exterior, mas com parques dividendos antiinflacionários. A inflação encastelara-se no patamar de 100% ao ano, e daí não saiu até o fim de 1982, quando o Brasil foi engolfado pela crise da dívida externa, precipitada pela moratória mexicana de setembro”.³

O resultado do abandono da austeridade fiscal e monetária em 1979, que inicialmente gozou de alta popularidade nos meios empresarial e político, foi jogar o país definitivamente na rota da megainflação sem crescimento.⁴

Pode-se sempre refutar analogias entre períodos históricos distintos com base nas inúmeras diferenças forçosamente existentes. Por exemplo, hoje, graças ao Plano Real, não há mais indexação compulsória. Mas, se a inflação voltar ao patamar de dois dígitos, evento muito provável se a meta de inflação vier a ser significativamente elevada, por quanto tempo se conseguirá evitar a volta da indexação salarial? Dentre os países que praticam hoje o regime de metas de inflação, o Brasil já é o país que tem a meta mais alta. Elevá-la ainda mais seria um despropósito, algo como um ex-alcóolatra propor para si mesmo a ingestão diária de “apenas” dois chopes e uma cachacinha. É difícil que tal política monetária infunda a confiança indispensável para que se realizem os investimentos de longo prazo imprescindíveis para o crescimento sustentado.

³ Mário Henrique Simonsen, “30 anos de indexação”, FGV Editora, páginas 5 e 6.

⁴ Ainda segundo Simonsen, (página 105), “... a política das prefixações revelou-se estrondoso fracasso.”

O Brasil está patinando em meio a uma conjuntura mundial bastante favorável não porque a política macroeconômica esteja errada, mas porque a agenda microeconômica não avança. O novo governo não tem tomado as decisões corretas com presteza, nem demonstrado a capacidade gerencial necessária para infundir confiança e gerar os investimentos privados na dimensão devida. Ou seja, quando há dificuldades em construir paredes sobre firmes alicerces, não cabem propostas de reconstruir a fundação da casa. Isso só retardaria ainda mais a volta ao crescimento sustentado.

O governo Lula cumpre um papel adicional de longo prazo importantíssimo para a nação, o de mostrar para dentro e para fora do país que o Brasil graduou-se como democracia estável, nas quais ocorrem transições de governos sem afetar as políticas econômicas básicas que suportam o investimento privado e o crescimento sustentado. Parte desse aprendizado inclui não voltar a flertar com políticas econômicas já muitas vezes tentadas e tantas vezes fracassadas.